



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

II SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Ministério Público do Estado Pepsi moveu ação de improbidade administrativa em desfavor ao Secretário de Obras, Município Fanta, da Empresas de Construção Civil Construir e Empresa Revestir LTDA, pelo ato de improbidade disposto no artigo 11, II, da Lei 8.429/92, e desvio de verbas públicas que ocorreu em conluio com as empresas que construíam obra pública naquela oportunidade.

A Empresa Revestir LTDA, apresentou defesa, fundamentando ter sido a primeira empresa a procurar as autoridades competentes para realizar acordo de leniência com base na Lei nº 12.846/13, tendo feito acordo que inclui ressarcimento ao erário e a isenção das penalidades previstas na Lei nº 12.846/13.

Já a Empresa de Construção Civil Construir, manifestou que após a Empresa Revestir LTDA, também buscou formalizar o acordo junto às autoridades competentes e que aguarda retorno.

O Juízo Fazendário do Município Fanta, sentenciou o feito condenando as empresas e aplicando a penalidade de proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios pelo prazo de 10 (dez) anos, tendo por base a conduta tipificada no artigo 11, I da lei 8.429/29, de igual forma para todos os envolvidos, inclusive com ressarcimento ao erário pelo desvio de verbas, não aceitando a defesa da Empresa Revestir LTDA, mencionando que não interessa a ordem para efetivar o acordo de leniência, uma vez que este não interfere nas penalidades impostas pela lei de improbidade administrativa.

Opostos embargos de Declaração, estes foram rejeitados e cinco dias após receber a intimação, a Empresa Revestir LTDA procura você para adotar as providências necessárias a fim de impugnar as penalidades determinadas pelo Juízo de primeiro grau.

Diante das circunstâncias narradas, redija a peça cabível, mediante a apresentação de todos os fundamentos jurídicos pertinentes. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Uma entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ao se aproximarem as eleições para presidência do Brasil, passou a publicar nas suas páginas de Instagram e Facebook campanhas a favor de um dos candidatos, compartilhadas do Instagram pessoal de Pedro, diretor da OSCIP, que era filho do candidato para qual era direcionada a campanha.

Após já ter feito vários movimentos, Pedro foi notificado acerca da vedação de participação de entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público campanhas de interesses partidários, sendo que esta conduta poderia levar a desqualificação da entidade.

De acordo com o caso narrado, responda:

A) É correta a vedação de entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público participar de campanhas políticas-partidárias? (0,65)

B) No caso de perda da qualificação é necessário passar por algum procedimento antes da assinatura do ato pelo Ministro da justiça? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Flávia, funcionária pública Federal, após passar por um Processo Administrativo Disciplinar, teve decisão proferida em seu desfavor.

Ao buscar recorrer na via administrativa, foi informada da necessidade de recolhimento de custas, como sendo um depósito prévio para que o mesmo fosse admitido.

Com receio de fazer o pagamento das custas e ainda, na possibilidade, ter sua penalidade agravada com o julgamento do recurso, Flávia procura você como advogado para fazer uma consulta jurídica, questionando:

A) É correta a exigência de caução para interposição de recurso administrativo? (0,65)

B) Da revisão do processo administrativo, poderá resultar agravamento da sanção? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

O Tribunal de Contas da União, ao exercer controle sobre contrato de grande vulto celebrado entre a União e a Empresa Extrasol apurou fraudes no procedimento de licitações que implicam em grande prejuízo.

Ao dar início a um procedimento administrativo com intuito de apurar tais irregularidades, a União se manifestou e a o Tribunal de Contas proferiu decisão sustentando o contrato de forma imediata.

Ao saberem do ocorrido, uma vez que não se manifestaram no processo, a Empresa Extrasol procura você questionando:

A) A Empresa Extrasol deveria ter sido chamada pelo Tribunal de Contas a participar do processo administrativo de apuração? (Valor: 0,60)

B) A Corte de Contas é competente para realizar, diretamente, o ato de sustação do aludido contrato? (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Uma concessionária de serviço público, após autorização do poder concedente, precisou desapropriar uma área particular para passagem de uma rodovia. Ao detonar uma pedreira no local desapropriado, uma lasca de pedra atingiu a casa do Sr. Gentil, que no momento estava dentro do local e acabou sendo lesionado no braço direito.

Gentil foi encaminhado para o hospital e precisou se afastar do trabalho, o que gerou preocupação pois não tinha outra fonte de renda para prover o sustento de sua família.

Nessa situação, Gentil procura você para fazer uma consultoria jurídica com as dúvidas a seguir:

- A) No caso narrado, a concessionária pode desapropriar propriedade particular? (0,65)
- B) No caso das lesões sofridas, caberia responsabilização da concessionária pelos danos causados? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel



@ProfIgorMaciel